



**A comemoração do I Centenário da Independência na  
América Latina: memórias, identidades, região/nação e  
relações internacionais**  
Gerson Galo Ledezma Meneses  
Universidade Federal da Integração Latino-Americana, UNILA



## **A comemoração do I Centenário da Independência na América Latina: memórias, identidades, região/nação e relações internacionais**

Gerson Galo Ledezma Meneses  
Universidade Federal da Integração Latino-Americana, UNILA

O nosso objetivo é mostrar a forma como se comemorou a festa do I Centenário da Independência em cinco países da América Latina: Colômbia, Brasil, Chile, Argentina e Uruguai. Destacaremos que, enquanto no Brasil, as memórias estavam divididas em torno dos referentes da nacionalidade, na Colômbia, as elites, depois de cem anos de Independência, haviam chegado, por diferentes interesses, ao consenso em torno da memória republicana e dos heróis que haviam participado das lutas contra a Espanha. Para os casos chileno e argentino, nos interessa identificar a adesão à cultura hispânica, como sinônimo de arma de guerra simbólica contra os Estados Unidos e sua cultura anglo-saxônica. Nas festas e discursos comemorativos da Independência uruguaia, encontramos processo parecido ao do Brasil, pois tanto *Blancos* como *Colorados* enfrentaram disputa em torno do “verdadeiro” lugar da memória da nacionalidade, destacando duas datas importantes como marco nacional: 25 de agosto de 1825 e 18 de julho de 1830.

A partir da independência, as Repúblicas do Chile, Argentina, Colômbia e Uruguai deram início à construção de seus Estados Nacionais, processo longo e complicado. No Chile, cuja economia se ligou mais rapidamente aos mercados mundiais, pela exportação do guano, Santiago firmou-se como centro hegemônico, submetendo as outras cidades e regiões. Na Argentina, as relações entre Buenos Aires e as demais províncias do Rio da Prata foram mais conflitivas, sendo somente a partir de 1862 que se estabilizaram, permitindo ao país inserir-se melhor nas redes de trocas internacionais, de uma forma que se consolidaria em 1880, com a exportação de carne e cereais. Na Colômbia, o processo foi ainda mais complicado e doloroso: Bogotá era incapaz de submeter as antigas províncias do antigo Reino da Nova Granada e, só a partir de 1886, uma Constituição conservadora tentaria conjugar os interesses tanto de liberais quanto de conservadores. Porém, prosseguiram as guerras civis que, especialmente a última, marcaria para sempre o país. A guerra dos Mil Dias (1889-1902) foi a mais cruenta de todas e teve como desfecho a perda do Panamá, em 1903. O Uruguai passaria por um processo similar ao colom-

biano; as guerras civis se prolongariam até 1904 e 1905, quando o país vivenciou o levante saravista (Aparício Saravia) contra o governo colorado de José Batlle y Ordóñez. Enfrentamentos entre *blancos* e *colorados* que impediram o Uruguai de se enveredar pela construção do Estado nacional até o fim do século XIX e começo do século XX.

Em 1910, o capitalismo na fase imperialista disputava os mercados internacionais para a venda de manufaturas e a compra de matérias-primas. A Europa entrava numa carreira armamentista, estimulada pela disputa de colônias asiáticas e africanas. Na América do Norte, os Estados Unidos continuavam avançando sobre a América Central e o Caribe. Tendo derrotado a Espanha numa guerra imperialista que interferiu na guerra de independência de Cuba, o país do Norte demonstrara seu poder e sua pretensão à hegemonia sobre vastos territórios. Seus tentáculos haviam-se estendido até o Panamá e as Filipinas. Inglaterra, Alemanha e Itália haviam ocupado o porto de La Guayra, na Venezuela, para cobrar o pagamento da dívida externa do país.

No início do século XX, persistiam pendências limítrofes entre os países do Cone Sul. O Brasil, embora tendo fixado seus limites com a Argentina, na região de Palmas ou das Missões, ainda enfrentava problemas com a Bolívia e o Peru, na disputa pelo Acre, e com a Inglaterra, por territórios da fronteira com a Guiana. Estes conflitos foram resolvidos durante a primeira década do século, mas existiam fortes rivalidades entre as chancelarias do Rio de Janeiro e Buenos Aires. Entre esta e a de Santiago persistia séria ameaça de guerra pela disputa dos territórios patagônicos. Entre o Chile, a Bolívia e o Peru, a situação mantinha-se tensa, com o risco de uma nova guerra pelo salitre. Os três maiores países do Cone Sul disputavam a hegemonia, na tentativa de criar a potência. Na Colômbia, sempre às voltas com as guerras civis, os problemas de fronteira com os países vizinhos ainda não tinham sido resolvidos; a perda do Panamá desencadeou um forte sentimento nacionalista contra os Estados Unidos.

A partir da independência, o Império do Brasil também deu início à construção do seu Estado Nacional, processo longo e complicado, como anotamos, para os outros países. A monarquia escravista do Brasil superou, nos meados do século, os conflitos mais sérios entre a Corte, no Rio de Janeiro, e as Províncias, mas a precariedade das vias de comunicação e um território enorme ainda dificultavam a unidade nacional quando, abolida a escravidão e proclamada a República, se aproximava o centenário da Independência. Chegando o momento da comemoração, a falta de unidade territorial e as várias pendências limítrofes entre os Estados

da união ameaçavam provocar, a nível nacional, uma crise parecida a outras já vividas, como Canudos ou o Contestado. A grande diferença entre o Nordeste decadente e o Sul agroindustrial, ligado às exportações de carne seca e café, também provocava desconforto entre os habitantes da Federação, que se imaginavam pertencer a países diferentes. As secas constantes produziam imagens de uma parte do país pobre e acabado, sem esperanças de fazer parte do concerto dos Estados ricos do Brasil. Antigas rivalidades entre monarquistas e republicanos desenhavam a imagem do país como dividido em várias memórias, em torno da nacionalidade.

É neste quadro que tais países comemoraram o Primeiro Centenário da Independência. Tema abordado na minha tese de doutorado<sup>1</sup> e ampliado posteriormente para Uruguai e Bahia (no Brasil).

O objetivo, que analisa o Primeiro Centenário da Independência em cinco países da América do Sul, foi observar a Festa como um momento especial, em que os diferentes governos enfrentaram suas crises internas e pautaram suas relações exteriores. Jaime de Almeida salienta que:

Alguém poderia pensar que a festa, um simples epifenômeno, muito pouco teria a dizer àqueles que, estudando as Relações internacionais a partir de outras situações, alcançam conhecimentos mais objetivos e mais eficientes. Poder-se-ia, porém, sem desconhecer nem contestar a importância de outros ângulos de observação e problematização das Relações Internacionais, lembrar que a festa reúne as grandes personalidades que representam os Estados e organizações, exhibe o essencial do poder militar e tecnológico destes Estados e organizações, mede a capacidade de mobilização das grandes massas pelos respectivos arsenais de símbolos e valores e, talvez sem o querer, oferece a outros agentes sociais oportunidades excepcionais de contestação.<sup>2</sup>

Diante de um conjunto imenso e heterogêneo de fontes primárias, jornais, revistas, livros do Centenário, relatórios etc., optamos por privilegiar os discursos comemorativos, inspirando-nos em Enrique Plasencia

<sup>1</sup> Festa e forças profundas na comemoração do I Centenário da Independência na América Latina (Estudos comparativos entre Colômbia, Brasil, Chile e Argentina). Brasília: UnB, 2000. 420 pp.

<sup>2</sup> ALMEIDA, Jaime de. A Exposição Universal Columbiana. Chicago, 1893. In: LUBISCO, Sandra Maria Brancato; MENESES, Albene. Anais do Simpósio O Cone Sul no contexto internacional. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995, p. 139.

<sup>3</sup> PLASENCIA DE LA PARRA, Enrique. Independencia y nacionalismo a la luz del discurso conmemorativo (1825-1867). México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, 1991. p.9.



de la Parra, que analisou os discursos, arengas, orações ou elogios patrióticos – tantas eram as maneiras de chamá-los –, proferidos nas praças de todo o México, entre 1825 e 1867, nos quais encontrou:

expresadas las ilusiones, las esperanzas, los temores, los complejos, las desilusiones y, en el extremo, el deseo de expiación y holocausto de varias generaciones de mexicanos que veían como la nación se enfrentaba a problemas de enorme magnitud.<sup>3</sup>

Observamos, portanto, à luz do discurso comemorativo, as práticas sociais e políticas das elites frente à imagem interior e exterior de seus países, buscando identificar as *forças profundas* que as condicionavam. Apoiados na bibliografia voltada para a teoria da História das Relações Internacionais, tentamos compreender, em vários destes países, o movimento operário, o nacionalismo, as migrações, o imperialismo, o espaço, os meios de comunicação etc. Ou seja, fenômenos apontados por P. Renouvin e J. B. Duroselle, como *forças profundas*, pressões diretas e indiretas, o ambiente, a conjuntura econômica e o estado dos espíritos, e, por fim, a pressão social, todo o conjunto constituído pela educação, pelo meio social geográfico, pelos preconceitos de classe, que agem tanto sobre os homens de Estado quanto sobre os outros homens, sem que disso eles se deem conta.<sup>4</sup>

Por isso, fomos levados a nos preocupar pela psicologia coletiva, a memória e os imaginários, acompanhando a indicação de Amado Luiz Cervo:

as relações internacionais têm componentes históricos que devem ser localizados na antropologia e na psicologia, nas imagens e conceitos que se produzem acerca do estrangeiro, na forma como os agrupamentos humanos se organizam em comunidades, Estados e associações supranacionais.<sup>5</sup>

Partindo destas propostas norteadoras iniciais, identificamos a importância do problema da comunhão entre a Nação e a sociedade na festa comemorativa, tentando medir de alguma forma o grau de adesão dos

<sup>4</sup> RENOUVIN, P.; DUROSELLE, J. B. Introdução à História das Relações Internacionais. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967. p. 377.

<sup>5</sup> CERVO, Amado Luiz. Relações Internacionais do Brasil. In: CERVO, Amado Luiz. (Org.). O Desafio Internacional. Brasília, DF: Editora da UnB, 1994. p. 14.





cidadãos ao Estado, promotor da comemoração. A maioria dos estudiosos concentra-se na forma como o Estado, por meio da festa, submete e reforça a obediência e a submissão. No entanto, a empatia entre Estado, população e Nação é algo difícil de se estudar, nas fontes disponíveis. Benedict Anderson ofereceu-nos uma importantíssima pista:

en los dos últimos decenios se ha escrito mucho acerca de la idea de la familia como una estructura de poder articulada, pero tal concepción es en verdad extraña para la mayor parte de la humanidad. Más bien, la familia se ha considerado tradicionalmente el dominio del amor desinteresado y de la solidaridad. De igual modo, si los historiadores, si los diplomáticos, los políticos y los sociólogos se sienten muy a gusto con la idea del 'interés nacional', para la mayoría de la gente ordinaria de todas las clases es el desinterés la esencia de la nación. Justamente por esa razón puede pedir sacrificios.<sup>6</sup>

Decidimos, por isso, privilegiar, na leitura dos discursos comemorativos, os momentos em que se utilizam metáforas da família e do corpo,<sup>7</sup> já que elas estariam apontando na direção dos obstáculos mais graves à criação, aprofundamento ou recriação do nacionalismo e do patriotismo.

Na tentativa de ultrapassar abordagens demasiado sistêmicas ou generalizadoras, decidimos observar as relações entre a capital e algumas províncias, na Colômbia, perguntando se a memória era coletiva<sup>8</sup> ou se, pelo contrário, apresentava-se dividida<sup>9</sup> em torno dos lugares de memória nacional.<sup>10</sup> Isto nos levou à questão das relações entre região e nação e ao problema da macrorregião.<sup>11</sup> Segundo Edmundo Heredia, os estudos sobre o nacionalismo na América Latina:

<sup>6</sup> ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo. México: FCE, 1993. p. 202-203.

<sup>7</sup> MAGNOLI, Demetrio. *O Corpo da Pátria. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Unesp/Moderna, 1997.

<sup>8</sup> HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1990.

<sup>9</sup> PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 103-130.

<sup>10</sup> NORA, Pierre. Entre Mémoire et Histoire. La problématique des lieux. In: NORA, Pierre. (Org.). *Les Lieux de Mémoire* (1). Paris: Gallimard, 1997. p. 23-43.

<sup>11</sup> HEREDIA, Edmundo. Una aproximación teórica a los conceptos de 'nación' y de 'espacios regionales' en la configuración de las relaciones internacionales latino americanas. In: CERVO, Amado Luiz; DOPCKE, Wolfgang. (Orgs.). *Relações internacionais dos países americanos. Vertentes da História*. (Brasília, DF: EdUnB, 1994. p. 9-17.



têm sido encarados com notória profusão, mas, desde a perspectiva exclusiva da nação, porém, são muito poucos os esforços que partem do pressuposto da existência de um processo comum para a grande região [...]. O objetivo tem sido distinguir, afastar, particularizar e, no plano das histórias nacionais paradigmáticas, até destacar as glórias nacionais em seu contraste e confrontação com as outras nações.<sup>12</sup>

Atendendo a este chamado, observamos a maneira como o projeto bolivariano teria sido evocado na formação de blocos regionais para a defesa contra ameaças de agressão estrangeira, tão falado na conjuntura atual da América Latina, no começo do terceiro milênio. Além do recurso aos lugares de memória da Independência, para forjar laços de coesão entre territórios nacionais ou regionais, constatamos que o discurso comemorativo comprova a importância das vias de comunicação nas relações sociais, num sentido ampliado, destacada por Edmundo Heredia:

Las comunicaciones han servido para vincular entre sí a regiones, naciones, ciudades y pueblos; también han sido a veces el origen de poblamientos y el instrumento indispensable para iniciar la explotación de recursos naturales. Ellas han constituido así una primera red infraestructural para las relaciones. Tomadas en el sentido extenso de agentes de difusión e intercambio de bienes materiales, de traslado de personas, de transmisión de ideas y de novedades, parecen constituir un campo de la realidad lo suficientemente vasto y comprensivo como para coadyuvar al conocimiento integral de un sistema de relaciones entre grupos sociales y culturales.<sup>13</sup>

Que papel desempenharam os imaginários nas festas do Primeiro Centenário da Independência? Na tentativa de avaliar sintomas de decadência das elites políticas e econômicas, se as camadas menos favorecidas oferecem resistência ou, melhor dito, se as festas incentavam seu imaginário à procura de mudanças radicais, adotamos as abordagens teóricas que concebem o imaginário como algo criado

---

<sup>12</sup> HEREDIA, 1994, p. 9.

<sup>13</sup> HEREDIA, Edmundo. Reflexiones sobre el espacio y las comunicaciones en América Latina. In: HEREDIA, Edmundo. (Org.). América Latina, isla o archipiélago. El rol de las vias de comunicación en la estructuración espacial latinoamericana. Córdoba: Programa de Historia de las Relaciones Interamericanas (CIFYH), 1994. p. 11-29.



para satisfazer desejos, para “preencher, fechar, cobrir o que é necessariamente abertura, clivagem, insuficiência do sujeito”.<sup>14</sup> Também adotamos a perspectiva apresentada por Cornelius Castoriadis, para a abordagem do ritual. Se a construção do nacionalismo, da identidade, está perpassada pelos processos do imaginário, pelo ritual, pelo simbólico, então não cabem hierarquias, o melhor e o pior do ritual, o que tem mais ou menos importância:

num ritual não existe nenhum meio de diferenciar, através de quaisquer considerações de conteúdo, o que importa muito e o que importa menos. A colocação no mesmo plano, do ponto de vista da importância, de tudo o que compõe um ritual é precisamente o indicador do caráter não racional do seu conteúdo.<sup>15</sup>

Neste ponto, retomamos Benedict Anderson, a propósito da festa cívica, quando se refere a hinos, por meio dos quais se podem experimentar a unissonalidade, a realização física da comunidade imaginada em forma de eco,<sup>16</sup> para considerar que, neste processo de identificação e de incorporação à pátria, por meio do ritual, o indivíduo, o grupo, a multidão não estariam em total desvantagem frente ao Estado. Estariam capacitados a exigir respeito, melhores atenções a seus desejos. Seu posto na rua, esperando passar o cortejo, está fixado pelo ritual, de modo que até mesmo sua simples presença ou ausência é parte de uma complexa teia de leituras e apropriações. Uma nação é uma comunidade simbólica e é isso que explica seu poder para gerar um sentimento de identidade e lealdade.<sup>17</sup>

Na maioria dos estudos, vemos como escudos, bandeiras, o hino nacional, os monumentos e outros símbolos são usados pelas elites para, promovendo a comunhão dos sentidos e sentimentos, inculcar sua dominação, de cima para baixo. Observamos, na festa comemorativa do Primeiro Centenário da Independência, que em muitos casos essa comunhão é muito mais importante para a coesão no interior da elite, ou entre diferentes grupos elitistas, num sentido horizontal. Neste caso, o canto à bandeira, o juramento, o hino, dramatizações do amor à pátria, as manifestações de orgulho pelas fronteiras, pelo museu, pela geogra-

<sup>14</sup> CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 331.

<sup>15</sup> CASTORIADIS, 1996, p. 144.

<sup>16</sup> ANDERSON, 1993, p. 204.

<sup>17</sup> HALL, Stuart. *As Identidades Culturais na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997. p. 53.





fia e pelos monumentos, em geral, podem sinalizar negociações de reciprocidade entre governo e povo.

Por outro lado, nos rituais cívicos do Centenário, especialmente na Colômbia, encontramos surpreendentes analogias com o ritual católico, indicando a importância do tema da transferência de sacralidade, muito estudado em função da revolução francesa.<sup>18</sup> Igualmente no Uruguai, país que se separa rapidamente da Igreja, na segunda metade do século XIX, e vivencia uma feroz guerra de imagens, no começo do século XX, pois a presidência de Batlle concretiza definitivamente dita separação; instaura as leis de divórcio de 1907, 1910 e 1913, além de outras medidas jurídicas, para a concretização do Estado secularizado uruguaio; o ensino laico é garantido, em todos os níveis educacionais, e o catecismo é abolido das escolas públicas (1909). Por fim, a formação do Estado laico uruguaio institucionalizou-se com a constituição de 1917, colocada em andamento em 1919. No artigo 5 desta constituição, declara-se a separação oficial entre Estado e religião, no Uruguai. Todos os cultos religiosos foram declarados livres. Declarou-se, também, a isenção dos templos consagrados ao culto das diversas religiões de toda classe de impostos. “Batlle y Ordóñez, el Presidente 'simpatizante' de los obreros y hostil al 'empresismo' británico, era anticlerical, divorcista y partidario no sólo de la separación de la Iglesia y del Estado sino de la conversión de los templos existentes en escuelas”.<sup>19</sup> Batlle fez todo o possível pela retirada de todas as imagens sacras, e, inclusive, tomou distância de outras de estilo cívico, como a de Artigas. Batlle construiu-se como a imagem principal que faria a ponte entre o povo e o Estado benfeitor. O Partido Colorado trabalharia em torno da comemoração do primeiro centenário da Independência, em 18 de julho de 1930, e não da data que os *blancos* propunham: 25 de agosto de 1925.

As comemorações do I Centenário da Independência mostram, para o caso da Argentina, as dificuldades das elites buenaienses e/ou portenhas<sup>20</sup> em conciliar o desenvolvimento econômico e o crescimento social do país. A imigração tornou-se motivo de preocupação, à época do Centenário, e a geração dos anos de 1980 encontrou-se inibida entre

<sup>18</sup> OZOUF, Mona. La fête révolutionnaire. 1789-1799. Paris: Gallimard, 1976; SABORIT, Ignasi Terradas. Religiosidade na revolução francesa. Rio de Janeiro: Imago, 1989; CATROGA, Fernando. Nação, Mito e Rito. Religião Civil e Comemoracionismo. Fortaleza: Edições NUDOC: Museu do Ceará, 2005.

<sup>19</sup> BARRÁN, José Pedro. Los conservadores uruguayos (1870-1933). Montevideo: Banda Oriental, 2004. p. 75.

<sup>20</sup> Usamos o termo “portenhas”, para nos referirmos às elites de Buenos Aires, capital do país; e “buenaienses”, para as elites da província de Buenos Aires, cuja capital é La Plata.

seus próprios interesses e os interesses dos “outros”, os anarquistas. Para resolver o problema interno e externo – no confronto com o Brasil e os Estados Unidos –, recorreu à aliança com o Chile e à reafirmação da cultura hispânica, como um mecanismo para enraizar sua *argentinidad* e projetar melhor suas relações internacionais no cenário das alianças e das rivalidades; com vistas a forjar a imagem de potência do Cone Sul, num tipo de relações internacionais de caráter lúdico.

No caso chileno, analisamos a forma como a classe alta chilena, embora duramente criticada pelas elites intelectuais, os militares e os operários, conseguiu projetar, como no caso argentino, a imagem do Chile como sendo a potência do Pacífico Sul; num confronto claro com o Peru e os Estados Unidos, numa aberta aliança com a Argentina. A festa em Santiago conseguiu construir a imagem do americanismo, da fraternidade e da união contra o imperialismo, que avançava vertiginosamente. Mas também mostrou que enfrentava uma grave crise moral.

Na Colômbia, a elite de Bogotá também busca incentivar o nacionalismo, por meio de imagens de hispanidade, tal como acontecera na Argentina e no Chile. Porém, na Colômbia, essas imagens e outras, como os heróis, foram postas em cena com mais intensidade. Num país que não havia podido projetar o Estado nacional, a língua, a religião e a “raça ibérica” o ajudaria a homogeneizar a nação e a grande região que, em outra época, fizera parte da Grande Colômbia. No caso das elites de Cali, estas criaram imaginários que as ajudariam a projetar a região como a número um do sudoeste colombiano. Já as elites de Popayán, preocupadas pela ausência do capitalismo, de modo diferente da rival Cali, foi clara a intenção de, frente à crise econômica, política e cultural, devido ao desmembramento do Cauca Grande, inventar um *passado glorioso*, que as auxiliasse a enfrentar o século XX. A festa contribuiu para apagar a imagem realista de cem anos antes e projetar-se como uma elite dignamente patriota e republicana, em comunhão com Bogotá. Em Pasto, a elite, embora aceitasse o seu papel de realista à época da Independência, inaugurou uma estátua de Antônio Nariño, o patriota refém dos pastusos, durante as guerras contra a Espanha, para projetar a região como mais uma no concerto republicano de 1910.

Para o caso uruguaio, mostramos que embora o *batllismo* colocasse as bases materiais para construir uma identidade nacional, e embora os partidos tradicionais enveredassem pela via democrática, a partir de 1905, esses processos não foram suficientes para construir uma comunidade imaginada. Os debates em torno do Centenário da Inde-

pendência mostram uma sociedade dividida em torno de dois ou mais lugares de memória da nacionalidade. A comemoração do Primeiro Centenário da Independência mostrou que as memórias estavam divididas em torno de dois ou mais lugares de memória. Desde 1919, começou a disputa entre *Blancos* e *Colorados* para verificar qual seria a data comemorativa do Centenário. Os primeiros defenderam, com unhas e dentes, 25 de agosto de 1925, lugar de memória que os remetia à vitória de Los 33, em La Florida, e sua luta contra o Império do Brasil, a favor da Independência, cem anos antes. Os Colorados alegaram que a verdadeiro lugar da memória da Independência se encontrava em 18 de julho de 1830. Os dois grupos antagônicos comemorariam, finalmente, as duas datas.

No Brasil, a historiografia tem focalizado os problemas enfrentados no período republicano em uma categoria própria dos cientistas sociais, conhecida como *café-com-leite*, período que corresponde à Primeira República, 1889-1930. A esta forma de fazer política e lidar com a economia nacional, por parte dos homens de Minas Gerais e São Paulo, que assumiram a presidência do Brasil, se atribui a decadência social do povo e todos os problemas acima anotados. A historiografia brasileira reconhece a ascensão do nacionalismo, depois de 1930, durante o Estado Novo, onde Getúlio Vargas teria colocado em andamento uma série de medidas de cunho social para minimizar as fronteiras entre um país rico e outro pobre, tentando resgatar a “verdadeira” nacionalidade, no sertão do país, e já não mais no litoral decadente.

Para o Brasil, mostramos que ainda no período *café-com-leite*, o país experimentou a ascensão do nacionalismo ligado às políticas sociais postas em prática na presidência de Epitácio Pessoa, 1919-1922. Este presidente realizou uma série de medidas que visavam unificar o país, desde o ponto de vista material e simbólico, na tentativa de minimizar as fronteiras entre o país político e o país nacional, via num concerto de relações internacionais onde prevaleceu a troca de experiências com os países latinos, como México, Argentina e Chile, governados por partidos radicais ou de tendências reformistas; sem desconhecer a Europa e os Estados Unidos, de onde viriam os empréstimos que redimiriam o país.

Houve clara disposição da presidência de Epitácio Pessoa em estabelecer relações com a Igreja Católica e Portugal para, desde o ponto de vista simbólico, minimizar rixas existentes entre brasileiros e imigrantes (*cabras e pés-de-chumbo*); já o catolicismo foi avivado com o firme

propósito de unificar os espíritos, em torno do cristianismo, numa cruzada contra ideologias internacionais, porém, contra as diferentes expressões da religiosidade afro-brasileira que ainda, como no começo do século XX, preocupava os forjadores do país moderno.

O presidente Pessoa colocou em andamento uma justaposição de imagens, na tentativa de fazer uma colagem de memórias entre os lugares de memória monárquicos e republicanos, para unificar a Nação. Porém, o projeto perdeu força, pois várias das regiões brasileiras negaram o grito do Ipiranga e o Sete de Setembro, junto com a imagem republicana de José Bonifácio, como os verdadeiros fundadores da nacionalidade. Assim, na tentativa de ultrapassar abordagens demasiado sistêmicas ou generalizadoras, decidimos observar as relações entre a capital e algumas províncias, perguntando se a memória era coletiva<sup>21</sup> ou se, pelo contrário, apresentava-se dividida<sup>22</sup> em torno dos lugares de memória nacional,<sup>23</sup> tal como fizemos para o caso colombiano.

Em nossa abordagem sobre as comemorações brasileiras, Noé Freire Sandes forneceu-nos a pista essencial para o tipo de pergunta que tínhamos interesse em colocar. Em sua tese, este autor aponta a colagem entre a memória monárquica, particularmente enraizada no Rio de Janeiro, e a memória republicana, em São Paulo, cenário do Grito do Ipiranga e onde a República, o café e a indústria se entrelaçavam, mais firmemente, como a grande fórmula que pretendia cimentar a coesão interna do país. Como Noé Freire Sandes concentra os seus olhares para o discurso oficial do Estado, examinamos em que medida a fórmula da colagem das memórias foi aplicada na comemoração oficial, realizada no Rio de Janeiro, e depois em São Paulo e algumas províncias escolhidas um tanto aleatoriamente: Acre, Mato Grosso, Pernambuco, Maranhão, Rio Grande do Sul, Bahia e Santa Catarina.

Nesta seleção, pesou o contato com algumas dissertações e teses produzidas ou muito discutidas no programa de pós-graduação em História da UnB, problematizando os vários aspectos e implicações da expansão interna das fronteiras brasileiras pelo chamado “sertão”. As

<sup>21</sup> HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1990.

<sup>22</sup> PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 103-130.

<sup>23</sup> NORA, Pierre. Entre Mémoire et Histoire. La problématique des lieux. In: NORA, Pierre. (Org.). *Les Lieux de Mémoire* (1). Paris: Gallimard, 1997. p. 23-43.



comemorações do Centenário da Independência no Brasil foram preparadas com suficiente antecipação, integrando-se explicitamente no programa político empreendido pelo presidente Epitácio Pessoa, cujo mandato se completaria em 1922. Demonstramos amplamente como este presidente concebeu o seu período de governo como um conjunto de medidas para apresentar ao mundo, por oportunidade das comemorações do centenário, uma nova imagem do país. Dentre estas medidas, destacamos a implementação de grandes obras contra as secas no Nordeste e a intensificação e expansão das campanhas de saneamento público, que até então tinham privilegiado o Rio de Janeiro. Interpretamos estas medidas como respostas à profunda reavaliação da identidade nacional que vinha sendo feita desde a publicação da obra *Os sertões*, de Euclides da Cunha, que expusera a trágica realidade nordestina, até então praticamente ignorada pelas elites letradas do Rio de Janeiro e de São Paulo, e de obras publicadas por médicos sanitaristas que, após as grandes obras de saneamento do Rio de Janeiro, haviam começado a percorrer o interior do país, que se mostrava como um *grande hospital*.

Apresentando esta interpretação, enfatizamos deliberadamente o envolvimento do presidente Epitácio Pessoa nesse programa de governo, que preparava a grande comemoração, já que o levante do forte de Copacabana – um evento que marca na memória histórica brasileira a crise do sistema republicano oligárquico – não apenas obscureceu o Centenário, mas também lançou Epitácio Pessoa na vala comum dos governantes comprometidos com a velha política, que teria sido sepultada pela Revolução de 1930. Mostramos então que o auge do nacionalismo não é uma obra exclusiva da Era Vargas, e que, no período conhecido pelos historiadores como *café-com-leite*, essa situação se fez evidente durante a presidência de Epitácio Pessoa, de 1919 a 1922, justamente à época da comemoração do Primeiro Centenário da Independência.

A nosso ver, tal como os imigrantes em Buenos Aires e el roto no Chile, o outro, no caso do Centenário brasileiro, os sertanejos, os mestiços, é que estavam sendo convidados ou se infiltravam nos espaços da cidadania, integrando-se à comunidade imaginada. Um silêncio muito significativo sobre o negro e o mulato, embora tendo sido percebido, não pôde ser tratado. Em contrapartida, tivemos a ; oportunidade de observar como os imigrantes alemães concentrados no pequeno Estado de Santa Catarina tiveram a oportunidade, com o Centenário, de comemo-





rar a unidade nacional de uma forma que não deixasse dúvidas que substituíam os seus vínculos com a Alemanha pela adesão fiel ao patriotismo brasileiro.

Para o caso do Rio de Janeiro, o empenho do presidente Epitácio Pessoa pelo desenvolvimento da imagem interna do país, através da luta contra problemas centenários, como a saúde pública e as secas, a fraude eleitoral, entre outros, chocou-se contra a resistência das elites dominantes. Encerrado o seu governo, seus projetos sociais foram suspensos. Entendemos que mesmo assim o Centenário acabou por explicitar a existência do *Grande Hospital*, incentivando as camadas populares à procura de solução para seus problemas, incorporando-se à cidadania.

Em 1922, o Brasil, desenvolvendo relações internacionais de tipo existencial, realista e pragmática, entre as quais se destaca a superação da animosidade com a Argentina, voltou-se para a situação interna; uma parte significativa das elites estava interessada em incentivar o patriotismo, também entre as camadas inferiores. Na medida em que o Governo tentava solucionar os problemas de saúde pública e das secas nordestinas, a população alcançada por tais programas se ligaria mais a seu país, não apenas pelo patriotismo relacionado ao serviço militar obrigatório, à propaganda das Ligas Nacionais ou à precária rede escolar, mas pelas melhores condições sociais. De fato, pelo menos entre 1919 e 1922, o governo levou saúde a Estados afastados e investiu grandes somas em poços e açudes, penetrou o país com inúmeras vias de transporte e com novos meios de comunicação, como o rádio, abrindo um novo patamar, um novo marco na trajetória da comunidade imaginada.

### **Considerações finais**

A festa comemorativa do Primeiro Centenário da Independência na América Latina não foge ao tempo do historiador, que pode fazer da festa um observatório das esperanças e medos vividos pelas elites governantes do Rio de Janeiro e dos diferentes Estados da União em 1922, e da forma como reagiram a estes sentimentos, alimentados pelas *forças profundas*.

Destacamos dois temas em especial:

- 1) A importância da aproximação entre o Chile e a Argentina, no Centenário, processo em que a ligação ferroviária entre os dois países, marcada por cerimônias muito eloquentes, confirma a

riqueza da perspectiva historiográfica que vem sendo construída por Edmundo Heredia. O tema das vias de comunicação, colocando em contato regiões distantes, no interior de um país, e especialmente, no caso sul-americano, colocando em contato países até então separados por barreiras imensas, como, no caso do Chile e da Argentina, a cordilheira dos Andes, merece ser tomado como um fenômeno comparável em importância àquele apontado por Benedict Anderson para a imprensa, como um fator decisivo na constituição da comunidade imaginada como nação. Como a obra de Benedict Anderson, depois de apontar as razões para a precocidade das nações americanas, deixou de acompanhar a trajetória do nacionalismo na América, nas conjunturas históricas do século XIX – o século clássico dos nacionalismos europeus – e do século XX, marcado pelos nacionalismos africanos e asiáticos, estamos seguros de que as ferrovias e, em menor medida, a navegação fluvial a vapor, constituem um elemento crucial para se avançar na compreensão dos processos de construção simultânea do nacionalismo, dos regionalismos (internos aos países) e de um sentimento de identidade macrorregional (latinoamericanidade).

- 2) O tema da inserção do “outro” na identidade nacional. No caso argentino, o “outro” eram os imigrantes europeus, atraídos ao país como os elementos portadores da necessária civilização para eliminar a barbárie herdada da colonização espanhola e da mestiçagem, mas que, à altura do Centenário, questionavam radicalmente a rígida ordem oligárquica. Como o arielismo de Rodó já é um tema bastante estudado, optamos por uma leitura alegórica do Centenário, fazendo a gorda Infanta Isabel de Borbón, a princesa que personificou, durante o Centenário, a reconciliação entre as elites herdeiras da Independência e a Mãe Pátria espanhola, dialogar com as letras do tango. Desta forma, evidenciamos como a democratização da sociedade argentina passava por canais de comunicação e de identificação que merecem tanta atenção como os canais da participação política e econômica.

No caso chileno, o “outro” era “el roto”, o mestiço; a participação de estrangeiros na composição da classe trabalhadora era muito menor que na Argentina. Acompanhando a perspectiva

analítica de Charles Bergquist, anotamos a precocidade de tendências nacionalistas na cultura operária e popular, bem como no exército chileno, que estava sendo reestruturado segundo o modelo alemão, após a vitória do Parlamento na guerra contra o presidente Balmaceda.

Enquanto nas comemorações da Argentina e do Chile a reconciliação com o passado hispânico aparece como o resultado de uma reflexão original, o arielismo, no caso das comemorações colombianas, destacamos a ofensiva diplomática e cultural da Espanha, desde pelo menos 1871, quando se fundou uma primeira filial da Real Academia da Língua Espanhola, numa das antigas colônias emancipadas. Ao lado desta preocupação com a imposição de uma única língua, aparece nitidamente a rejeição do passado indígena, implicando recusa à incorporação dos índios, mestiços e negros, à nação que ainda não se recuperara da última guerra civil e da derrota frente aos Estados Unidos, na independência do Panamá. A reaproximação com a Espanha intensificou-se, após a derrota espanhola frente os Estados Unidos. Os apelos à solidariedade macrorregional, recuperando o projeto bolivariano da Grande Colômbia, somados à presença de missões militares chilenas, repassando a outros países andinos os modelos alemães de reforma militar, sugerem um quadro complexo de alianças que se desenha com o Chile, adversário do Peru e da Bolívia, num vértice, os Estados Unidos no outro, e a Espanha, ancorada inicialmente em Bogotá, recuperando progressivamente o contato com suas antigas colônias, inclusive com países contra os quais estivera recentemente em guerra, como o Chile e o Peru.

Tanto em Buenos Aires como em Santiago e Montevideú, e mais claramente ainda no México, que não pudemos incorporar neste estudo, as festas do Centenário da Independência mostraram sintomas de queda do poder político-social das elites. Na Colômbia, o Centenário comemorado em Bogotá ganha sentido com a leitura de *Cem anos de solidão*: não nos deparamos com sinais de queda, mas com um impasse trágico. Nas províncias, a reação da elite dominante de Popayán, antiga sede de uma grande Governança, frente à perda de seu domínio sobre um extenso território, voltando-se para o passado – enquanto Cali se voltava com agilidade para o futuro e Pasto, também aberta para novos espaços, sequestrava um ícone republicano e reafirmava sua memória realista – convida à comparação com o quadro das relações entre Recife e algumas outras capitais nordestinas do Brasil, num próximo trabalho.

A festa converteu-se num cenário adequado para estabelecer ou desfazer alianças entre os países hegemônicos do Cone Sul, e entre estes e determinadas potências, como a Inglaterra, a Alemanha, o Japão. Desta forma, a comemoração do Centenário não deve ser analisada apenas em função das relações de dominação, mas também como uma complexa prática social que permite recriar domínios no plano das relações internacionais, entre países mais ou menos parecidos do ponto de vista econômico ou político-social.

Na época do Centenário uruguaio, percebe-se uma luta simbólica entre duas comunidades partidistas, *blanca* e *colorada*, em torno de duas datas fundadoras da nacionalidade: 25 de agosto de 1825 e 18 de julho de 1830, que, por sua vez, pretendiam resgatar, cada uma para si, os heróis Rivera, Oribe e Lavalleja. Também constatamos uma disputa pelas figuras de Artigas e Batlle. Mostramos, assim, que o Uruguai da época do Centenário estava longe, desde o simbólico, de construir-se em uma comunidade imaginada baseada nos mesmos objetivos. Todavia, o Estado e a sociedade continuariam a esperar pela construção definitiva dos uruguaios imaginados.

## RESUMO

Analisamos neste artigo a festa comemorativa do I Centenário da Independência na América Latina, especialmente nos seguintes países: Colômbia, Brasil, Chile, Argentina e Uruguai. Destacamos a festa como observatório das relações internacionais, da memória, das identidades e das pugnas entre regiões e nações, na disputa pelos *lugares de memória* da nacionalidade. A América Latina começa o seu ciclo de comemorações da Independência em 1909, com o caso equatoriano e termina em 1930, com a festa uruguaia. Em 1910, comemoraram países como México, Chile, Colômbia e Argentina. Posteriormente, o Brasil o fará, em 1922.

**Palavras-chave:** Primeiro Centenário da Independência. América Latina.

## ABSTRACT

We analyse in this article the First commemorative party of the Independence centenary at Latin America, specially in neighbors countries as Colombia, Brazil, Chile, Argentina and Uruguai. We stand out the

party like observatory of the international relations, the memories, the identities and the fights between regions and nations by the nationality memory places. Latin America begins his independence commemoration cycle in 1909, with the Ecuatorian fact and it finished in 1930, with the Uruguay party. In 1910, countries as Mexico, Chile, Colombia and Argentina commemorated. Later it was done by Brazil in 1922.

**Keywords:** First Independence Centenary. Latin America.